



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Perguntas Abertas

Julho/2007



Os organismos da Administração Pública Caboverdiana identificaram como principal problema na sua actividade em 2006 a falta de recursos.

Dentro da falta de recursos, são os recursos humanos em termos de qualidade e quantidade aqueles que maiores dificuldades levantaram, com 44% dos 110 organismos inquiridos a apontarem-nos nos seus questionários.

De referir que para além destes 44% de organismos, outros 14% indicaram, como a sua principal dificuldade, a falta de recursos humanos em conjunto com a falta de recursos financeiros. 7% dos organismos indicam apenas a falta de recursos financeiros e os restantes 34% indicam outras causas para as suas dificuldades.

De realçar que no que diz respeito ao principal desafio para 2007 não se vislumbra uma ligação directa entre as respostas dos organismos e os eixos de estruturação da Agenda de Transformação Económica. No entanto, não é possível afirmar que não a mesma não exista, dada a, ainda assim, pouca informação disponível.

De seguida apresentam-se as respostas dadas por todos os organismos respondentes.



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Chefia do Governo	Instituto para a Igualdade e Equidade do Género	o facto de não ter delegações em outros concelhos, não permitindo a execução de acções permanentes na totalidade do território nacional.	Criação da rede de apoio às vítimas de violência doméstica e Elaboração do Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género.	Reforço das acções de promoção do empreendedorismo feminino	A equipa de trabalho jovem e dinâmica.	
	NOSI	Dificuldades financeiras, de recursos humanos em quantidade para responder às demandas e instalações físicas inadequadas	Modernização da administração pública e da governação nas mais variadas áreas; financeira; gestão RH e eleitoral	Reengenharia organizacional dos serviços ao cidadão e empresas	Motivação do pessoal, dedicação e entrega aos desafios da instituição	
Ministério Adjunto do 1º Ministro, Qualificação e Emprego	Direcção Geral da Comunicação Social	Falta de quadros com formação superior e qualificados para exercer as atribuições da direcção Geral da Comunicação Social.	Melhoria da regulamentação e liberalização do sector da comunicação social.	Reestruturação e modernização do sector da comunicação social.	Agilidade no despacho das solicitações.	
	Instituto do Emprego e da Formação Profissional	Insuficiência dos Recursos Humanos em Quantidade e Qualidade (Técnicos Especializados) p/ Implementação do PEFP	Mobilização de Recursos Junto dos Parceiros Internacional p/ financiar a Implementação PEFP	Implementação do Plano Estratégico da Formação Profissional Implementação de Políticas Activas de Emprego	Início da Reestruturação de Todo o Sistema de Emprego e da Formação Profissional	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Administração Interna	Direcção Geral de Administração Eleitoral	A decisão tardia do Parlamento em não alterar o Código Eleitoral	A realização das Eleições de 2006	A preparação das Eleições Autárquicas de 2008, e a coordenação de um possível recenseamento geral, caso o Parlamento tome esta decisão.	A utilização das novas tecnologias da informação.	
	Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão	A maior dificuldade sentida foi a falta de pessoal.	Mesmo com falta de Técnicos, conseguiu-se uma melhor gestão financeira do MAI.	Adoptar a Direcção de mais Técnicos Superiores, Profissionais e Administrativos de forma a encarar os próximos desafios, tais como a descentralização da execução orçamental.	Organização	
	Direcção Geral dos Transportes Rodoviários	ser órgão da administração central, a dgtr tem de ter autonomia administrativa enquanto entidade reguladora independente para em vez de regulação governamental fazer regulação independente	aprovação e implementação do novo regulamento de transporte em automóvel, renovação e adequação dos instrumentos regulatórios das relações dos transportes rodoviários, e implementação do serviço jurídico e contencioso e do gabinete de psicologia	alteração do estatuto orgânico da dgtr (transformação em autoridade de regulação independente), aprovação de novos regulamentos do código da estrada, e alteração da lei que proibe a condução de automóveis sob influência do álcool	intenso processo de legiferação, aquisição de instalações próprias, e redução do índice de mortalidade rodoviária	o programa informático do questionário não está a funcionar correctamente na questão relativa às aplicações de suporte
	Serviço Nacional de Protecção Civil	Falta de pessoal qualificado.	Exercício de simulação de uma erupção vulcânica realizada na ilha do Fogo.	Realização do Atelier para o lançamento da Plataforma Nacional para redução dos Riscos de Catástrofes.	Capacidade de mobilização de meios e recursos.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Agricultura e Ambiente	DG Agricultura, Silvicultura e Pecuária	Organização. Instabilidade institucional (com mudanças frequentes de dirigente) e financeira (com o desbloqueamento tardio das verbas).	Início da implementação de grandes projectos.	Organização interna dos serviços (funcionalidade e eficiência dos varios serviços; criação da rede interna de comunicação e generalização do uso dos TICs).	Existência de recursos humanos experientes.	
	Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão	falta de director de administração	acompanhamento da execução dos projectos	organizar de modo a responder ao acompanhamento e avaliação dos programas	numero de técnicos superiores	
	Direcção Geral do Ambiente	A maior dificuldade sentida pela DGA para cumprir a missão que está confiada é a sua organização nas três direcções de serviço previstas na organica.	Foram dois os resultados: O sistema de informação ambiental operacional, a entrada em vigor e aplicação da nova lei de avaliação de impacte ambiental	Organização da DGA de acordo com a organica prevista ou seja em tres direcções de serviço. Monitorização e seguimento da politica ambiental.	O ponto forte da DGA é o seu quadro de pessoal técnico, que apesar de ser na maioria contratado são tecnicos superiores jovens, frutos de escolas diferentes o que permite ter um leque de competencias diferenciado.	Uma vez que cabe a DGA a coordenação de toda a politica ambiental do país é necessário pensar-se seriamente na dotação desta direcção dos meios tecnicos, humanos e materiais que lhe permita dar uma resposta satisfatoria a esse desafio.
	Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas	Excesso de pessoal; Carteira Salarial de cerca de 6.200.000 mensais (isso mesmo mensal) Não ter património próprio.	Aumento da água para rega através da criação de infra-estruturas hidro-agrícolas e de Conservação de Solos e Água; Aumento da água para rega e abastecimento através da perfuração.	Reestruturação do Instituto, definição do património do INERF que dificulta o Instituto na obtenção de alvará para poder participar em concursos públicos; Melhorar o parque de equipamentos com destaque para os equipamentos de perfuração.	Mobilização de água através da prospecção hidrogeológica e de estruturas mecânicas.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Agricultura e Ambiente	Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos	Não pagamento das taxas de água pelos Municípios, as únicas fonte de receitas para o funcionamento da instituição. Dívidas ao INPS e DGCI e não existência no mercado local da maioria dos equipamentos utilizados pelo INGRH;	1. Um aumento notável da produção de água no meio rural traduzido numa taxa de cobertura média do país na ordem dos 85 %; 2. Superintendência da construção da Barragem de Poilão, a primeira de Cabo Verde.	Contribuir para o aumento das taxas de ligações domiciliárias de água no meio rural, elaborar o Plano de Acção de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos em Cabo Verde	Tem as competências técnicas únicas no país em termos de exploração de águas subterrâneas, ainda a maior fonte de abastecimento de água para agricultura, consumo doméstico e mesmo para a indústria e turismo.	
	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário	Falta de recursos financeiros	Variedades novas de hortaliças criadas	Elaboração do Plano Director de Investigação Agrária Reestruturação da Instituição	Monitorização da Biodiversidade Terrestre; Formação de Quadros do Ministério e outros	
	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica	O desfasamento negativo entre o estimado como receita fixa a transferir por decisão do Estado e o valor realmente transferido impediu qualquer tipo de investimento para desenvolvimento da Instituição.	A materialização, enquanto parceiro nacional do projecto TENATSO, do Observatório Atmosférico de S. Vicente e o envolvimento na campanha conjunta de pesquisa NASA/AMMA no Atlantico Tropical .	A instalação de uma rede adequada de monitorização atmosférica e geofísica para acompanhar os desafios decorrentes do desenvolvimento do país.	A afirmação a nível internacional como parceiro científico credível para a materialização de programas mundiais no domínio do clima e atmosfera.	A par do desafio de investimento técnico, e para desanuviar o clima de tensão laboral, a necessidade de, passados seis anos da criação do Instituto, se proceder à evolução do pessoal na carreira, o que devia ter acontecido ao fim do quarto ano.



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Cultura	DG Planeamento, Orçamento e Gestão	A maior dificuldade sentida em 2006, prende-se com a não implementação dos serviços que integram a DGOG.		O principal desafio da DGPOG é a implementação dos serviços e a sua dotação com recursos humanos e financeiros necessários, o que não vai ser possível em 2007, devido às restrições orçamentais.	O principal ponto forte do meu organismo é a capacidade de trabalho e entrega total do colectivo (diminuto) de trabalhadores.	
	Direcção de Serviço de Promoção Cultural e dos Direitos de Autor	De ordem financeira e escassez de Recursos Humanos.	Restauração do Palácio da Cultura Ildo Lobo e participação de Cabo Verde nos V Jogos da Francofonia.	No domínio da propriedade intelectual, nomeadamente o registo de obras artísticas e literárias.	Promoção e divulgação das Artes Plásticas, Música, Artes Cénicas, e audio-visual, não só no país como além fronteiras.	
	Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro	Reduzido quadro de pessoal	Ter conseguido a projecção da Biblioteca Nacional no exterior, nomeadamente através da sua página na Internet	Formar Técnicos Profissionais para assegurar a constituição e o funcionamento da Rede Nacional das Bibliotecas Públicas	Funcionar em instalações próprias e com condições óptimas	
	Instituto de Investigação e Património Cultural	Dificuldade no recrutamento de pessoal técnico qualificado. Ausência de autonomia financeira, de facto, condicionado pela modalidade de execução orçamental imposta pelo Ministério das Finanças.	Grandes obras de reabilitação do Património Construído. Criação de estrutura Museológicas, Projecto de reabilitação da Cidade Velha e do Campo de Concentração do Tarrafal.	Ralizar o Inventário do Património do País. Conseguir a classificação de Bens e Sítios a Património da Humanidade. Edição de Obras de cariz científico. Capacitar tecnicamente o Instituto.	Equipa jovem, motivada com grande espírito de equipa e de sacrifício. Capacidade de procura de financiamentos extra-orçamental.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Cultura	Instituto do Arquivo Histórico Nacional	Atribuição atempada do Orçamento do Estado	Sucesso consecutivos a nível de todos os Serviços do IAHN	Implementação da Nova Tabela Salarial	Preservação e divulgação de documentos e Arquivos com valor patrimonial, responder às demandas de investigadores nacionais e estrangeiros, gestão do orçamento	
Ministério da Defesa Nacional	DG Defesa e Cooperação Militar	1. Falta de pessoal 2. Deficiente equipamento em meios informático, designadamente aplicações	O desenvolvimento da cooperação bilateral para o desenvolvimento da defesa	O estudo e investigação na área da defesa, com vista a definir políticas e planear acções	O engajamento do seu pessoal e o apoio institucional que recebemos dos organismos do Ministério	
	Direcção de Serviço de Administração	As principais missões foram cumpridas, contudo, o grau de cumprimento a qualidade do serviço e os prazos poderiam ter uma outra dimensão se houvesse o pessoal qualificado e suficiente para o efeito.	O cumprimento das principais tarefas inerentes a Direcção de Serviço de Administração	Cumprir as missões do organismo com os recursos existentes.	O espírito de equipa e a motivação do pessoal que está em permanente formação continua de modo a poder dar resposta às necessidades inerentes ao cumprimento da missão da organica.	
	Inspector Geral de Defesa	Trata-se de Serviço recém-criado, em Novembro de 2006, encontrando-se em fase de consolidação	Ver o ítem anterior	Garantia da transparência na gestão dos recursos humanos, materiais e outros, disponibilizados às Forças Armadas e demais estruturas que integram o Ministério da Defesa Nacional	Promover iniciativas pela implementação da actividade inspectiva e de fiscalização, como metodologia pedagógica para uma gestão eficiente	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Descentralização, Ordenamento do Território e Habitat	Direcção de Serviço de Administração					
	Direcção Geral da Administração Local	Nenhuma das unidades - Direcções de Serviços previstas na orgânica, estão implementadas; Insuficiência de capacitação técnica e institucional Insuficiência na articulação com alguns sectores da administração pública	Temos desenvolvido actividades com resultados positivos. Nomeadamente a Modernização Municipal (em curso); Sistema financeiro municipal , Capacitação RH dos Municípios e trabalhado um conjunto projectos no âmbito da descentralização.	Melhorar o acompanhamento, assistência técnica aos municípios, apoio à formulação, coordenação etc das políticas em matéria de descentralização e poder local.	Tem já muita experiência na materialização das suas funções e uma forte parceria com instituições nacionais e estrangeiras Desenvolve a sua actividade numa área, hoje considerada chave para a reforma do Estado em Cabo Verde - a Descentralização.	
	Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitat	- FALTA DE TÉCNICOS PARA "PÔR DE PÉ" A DS DO ORD. DO TER.; - FALTA DE REC. FIN. PARA DISPONIBILIZAR ÀS CM PARA ELAB. DE PLAN. DIRECTORES; - SITUAÇÃO DE ESPERA PARA MUDANÇA PARA NOVAS INSTALAÇÕES, DADA A INTEGRAÇÃO NO MDHOT.	- COORD. E PARTICIPAÇÃO NA ELAB. DO PROJ. CARTOGRAFIA DIGITAL DE CV - INICIO DE ELAB. DOS ESQUEMAS REGIONAIS DE ORDEN. DO TERRIT.; - REVISAO DA LEI DE BASES DO ORD. DO TERRIT. E ELABOR. DA LEI Q. DO CADASTRO, DA LEI DE SOLOS E DAS EXPROPRIAÇÕES.	- APROVAÇÃO DO PACOTE LEGISLATIVO;- "EDIFICAR" UMA UNIDADE ORGANICA PARA LEVAR AVANTE A ELAB. DO CADASTRO PREDIAL NACIONAL;- "EDIFICAR" UMA DS EFICAZ DE ORDEN. DO TERRIT. - CAPACITAR UM GRUPO DE TÉCNICOS DAS CM NA UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA ACTUAL	-	OS DESAFIOS REFERIDOS PARA 2007 PODEM SOFRER ALTERAÇÕES EM FUNÇÃO DA NOVA ORGANICA DO MDHOT.



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	Agência Caboverdiana de Investimentos	Exiguidade de recursos financeiros	Aumento significativo do Investimento Directo Externo	Análise, Aprovação e Autorização de projectos de investimento	Alguns dos recursos humanos	
	Agência de Regulação e Supervis. dos Prod. Farmac. e Alim.	Inadequação do enquadramento legal da sustentabilidade decorrente da sobreposição de competências e imprecisões dos estatutos	Instalação física e instalação e funcionamento dos órgãos	Sustentabilidade financeira	Protecção da Saúde Pública, com contribuição para a competitividade económica do país de permeio	
	Agência de Regulação Económica	Inexistência de regulamentos para todos os sectores sob regulação	Clarificação do sistema de fixação de preços no sector energético (electricidade, combustível)	Fazer com que a sociedade sinta a verdadeira utilidade da regulação	Motivação do pessoal no que se refere à capacitação técnica e profissional	
	Agência de Regulação Económica	Inexistência de regulamentos para todos os sectores sob regulação	Clarificação do sistema de fixação de preços no sector energético (electricidade, combustível)	Fazer com que a sociedade sinta a verdadeira utilidade da regulação	Motivação do pessoal no que se refere à capacitação técnica e profissional	
	Agência Nacional de Segurança Alimentar	RECURSOS HUMANOS DEMASIADAMENTE EXÍGUOS.	TER CONSEGUIDO MANTER UMA REGULARIDADE E UM BOM DE NÍVEL DE ABASTECIMENTO DO PAÍS NOS BENS ALIMENTARES BÁSICOS.	DESENVOLVER O OBSERVATÓRIO DE MERCADO E UMA MAIOR CELERIDADE E PROFUNDIDADE NO TRATAMENTO DOS DADOS DOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO.	KNOW HOW ELEVADO EM MATERIA DE FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS E IDENTIFICAÇÃO DAS SUAS DISFUNÇÕES.	
	Direcção de serviço de Administração	Falta de pessoal				
	Direcção Geral da Indústria e Energia	Falta de recursos humanos Impossibilidade de recrutamento de pessoal Falta de meios para controlar as assiduidades	Cumprimento do plano das acções programadas	Cumprir o plano	Pessoal reduzido mas eficiente	
	Direcção Geral do Comércio	Falta de pessoal	Liberalização de preços dos produtos básicos	Fiscalização da concorrência.	Regulamentação do mercado e da concorrência	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico	Falta de pessoal	Contribuição para o incremento da indústria turística	Aprovação do Plano Estratégico do Desenvolvimento Turístico	Apoio aos projectos declarados de utilidade turística	
	Inspecção Geral das Actividades Económicas	A falta de meios técnicos e humanos e o desatendimento total por parte do governo (proprio ministério)	nenhum	Retomar a credibilidade e o empenho que otrora teve a IGAE, trabalhando com muita seriedade e empenho.	Os recursos humanos.	
Ministério da Educação e Ensino Superior	Comissão Nacional para Unesco	Comunicação com o ministério da tutela e com outra instituições.	Obtenção de meios para a reorganização da Comissão Nacional.	Reorganizar a CNU de forma a ela poder desempenhar cabalmente as funções para que foi criada.	Os projectos no âmbito do Programa de Participação em quase todas as áreas da UNESCO.	
	Direcção de Serviço de Recursos Humanos	Comeicei a desempenhar essa função em Fevereiro de 2007.	É me difícil responder essa questão.	O principal desafio é reorganizar o sector e prestar um serviço de melhor qualidade aos utentes e servidores da Educação. Gerir com rigor os recursos humanos. Garantir que os actos administrativos respeitem a legalidade.	Alguns quadros com formação superior e jovens determinados a dar o seu melhor associado à minha experiencia e formação na área.	
	Direcção de Serviço Financeiros	Falta de recursos financeiros e técnicos. Faz falta a existência de uma nova orgânica para o MEES; uma direcção geral que faça o interface entre as Direcções GEP, DPEE, DRH, DAF e o Membro do Governo que tutela.	Maior rigor na gestão financeira e orçamental;	Garantir a sustentabilidade orçamental apostando na boa gestão, diminuindo ou eliminando o déficit orçamental.	Temos alguns elementos jovens e com um bom nível de formação académica.	
	Direcção de Serviços Património e Equipamentos Educativos	A maior dificuldade reside na falta de um gabinete proprio para elaboração dos vários projectos para responder as necessidades.	Instalações condignas para o ensino, modernas e ajustadas às novas realidades do País.	Responder às exigencias ligadas à melhorias dos espaços de ensino.	A rápida intervenção, de modo a satisfazer às exigências em todos os sector da educação.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Educação e Ensino Superior	Direção de Serviços Rádio e Tecnologias Educativas	Constrangimento orçamental; falta de quadros especializados	Realização de projectos virados para a formação de professores a distância; Realização de programas educativos de carácter docente e não docente	Reorganizar a Rádio Educativa e colocá-la ao serviço de todos os serviços concentrados e desconcentrados do MEES; Colocar retransmissores (4) nas chamadas zonas-sombra	Manter a qualidade de rádio temática, especializada em questões educativas	
	Direção Geral Alfabetização de Adultos	Ser uma Direcção Geral sem direcções de serviço, com dependência total do Director Geral. A ausência das direcções organicamente criadas complicam o desenvolvimento das actividades.	Capitalização e mobilização de recursos para construção de um modelo integrado de educação e formação de adultos à distância em Cabo Verde que é a base para a melhoria do sub-sistema de educação e formação geral de adultos em Cabo verde.	Elaboração e implementação do desenho curricular para o sub-sistema de educação e formação geral de adultos em Cabo Verde.	Mobilização e capitalização de recursos para desenvolvimento das actividades.	
	Direção Geral do Ensino Básico e Secundário	Comunicação é, sem dúvida a maior dificuldade. 6 meses sem acesso à internet e correio electrónico !	Início do processo da revisão curricular e criação da unidade de desenvolvimento curricular.	Elaborar novos programas para o ensino básico e secundário, no âmbito da Revisão curricular	Equipa de técnicos superiores dinâmicos, motivados e organizados.	
	Direção Geral do Ensino Superior e Ciência	Ausência de legislação adequada ao Ensino Superior-supervisão, regulação, avaliação, Ausência de uma visão estratégica do ensino superior Falta de quadros especializados em alguns domínios Falta de recursos financeiros	Concursos de bolsas e vagas realizados com sucesso. Colocação no estrangeiro de cerca de mil estudantes cabo-verdianos para frequência do ensino superior; instalação da Reitoria da Universidade de Cabo Verde	Elaboração do Pacote Legislativo. Concepção do Plano estratégico do Ensino Superior. Captação de quadros especializados - Direito, Regulação/Avaliação, Estatística e Informática. Criação de um Fundo de Apoio à Pesquisa e Investigação.	Definição das medidas e políticas do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia. Regular e Supervisionar o Ensino Superior Definir uma Política para a Ciência e a Tecnologia.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Educação e Ensino Superior	Fundo Autónomo Edição Manuais Escolares	Não considero dificuldade, mais sim, um problema ligado à gestão que é a segregação de funções no armazém da Praia. Precisa de mais uma pessoa para se efectuar a segregação de função.	-Responder a procura de manuais escolares em todo a País;	Informatizar os postos de venda da Praia e do Mindelo; Conseguir bons resultados.	Com a criação deste Fundo Autónomo em 2000, conseguiu-se ter uma estrutura própria a encarregada de editar, reeditar, comercializar (a grosso) e distribuir os manuais escolares (ensino básico e alguns manuais do ensino secundário) em o País.	através da Resolução nº 65/2000, de 2 de Outubro, publicado no Boletim Oficial I Série nº 30, de 2 de Outubro e os Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Regulamentar nº 11/2000 - B.º nº 37/00.
	Fundo de Apoio ao Ensino e à Formação	A ausência da definição da natureza institucional do FAEF	Desenvolvimento do sistema de informatização de dados e consequente melhoria qualitativa do processo de gestão de bolsas	Melhorar a eficiência da gestão do FAEF, dando continuidade às acções empreendidas nos anos anteriores	Seguimento e controlo na gestão de bolsas atribuídas pelo Governo de Cabo Verde	Enquanto não for implementado o plano de reembolso de bolsas e definida a natureza institucional do FAEF, as actividades limitam-se à continuidade das acções ligadas à organização da documentação interna e gestão de bolsas
	Gabinete de Estudos e Planeamento	Falta de meios (materiais e financeiros) e incumprimento dos serviços desconcentrados em enviar dados atempadamente.	Produção de dados/informação/indicadores de educação; planeamento do sector; reforço da cooperação.	Elaboração da Carta Educativa e estabilização de dados estatísticos; Elaboração da 2ª Geração do QDSMP; Recentralização da Cooperação.	Qualidade e empenho dos Técnicos	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Educação e Ensino Superior	Inspecção Geral do Ensino	Insuficiência de inspectores em quantidade e capacidade técnica, traduzindo-se na impotência para interpretação dos papéis e cumprimento da missão do controlo alargado dos serviços e avaliação do sistema educativo	controlo int. nos serviços da educ; dirigentes dos serv. mais responsáv p melhoria da org, administr. e gestão dos recursos; redução de infracções, economia de meios, prestação de contas; aprimoramento pedagógico, melhoria do ensino e aprendizagem;	Meios humanos capazes de acompanhar e desenvolver uma verdadeira avaliação dos serviços da educação, para cumprir com a incumbência de controlo e avaliação do sistema educativo (art 20º, orgânica)	Serviço com autoridade assegurada; Técnicos engajados e experientes no controlo e fiscalização das org; Produtividade razoável; Reconhecimento dos utentes; solicitação alargada de apoio técnico e capacitação para promoção do profissionalismo,	
	Instituto Caboverdiano de Acção Social Escolar	Desadequação do estatuto actual aos novos desafios; existência de um quadro de pessoal desactualizado.	Apoio anual a cerca de oito mil alunos do ES, superior, medio e tecnico profissional; Apoio a cerca de cem mil crianças do EBI e EPE com refeição quente e um lanche; construção e recuperação de cerca de cem casas de banho nas escolas do EBI.	Assegurar uma transição suave do projecto de Assistencia às Cantinas Escolares para o Programa Nacional de Cantinas Escolares, na sequência do processo de desengajamento do PAM e do projecto de Saúde Escolar para o Programa Nacional de Saúde Escolar.	Equipa qualificada e experiente.	Necessidade de reforçar o ICASE, redefinindo os diversos instrumentos de gestão, nomeadamente estatuto, plano de cargos, carreira e salario do pessoal, por forma a elevar o nivel de motivação do pessoal e garantindo assim a sua estabilidade.
	Instituto Pedagógico	Gestão financeira; Ausência de Director Administrativo e Financeiro; o GSC do IP não dispõe de viatura; Inexistência de condutor dificultando o seguimento da Prática e Reflexão Educativa; Participação nula em eventos importantes para o IP	Professores EB saídos com formação; Homologada e publicada a lista nominal dos docentes do IP; obtenção do financiamento do Curso FaD Fogo/Brava; Curso de Supervisores em Gestão e Supervisão Pedagógica em Parceria com o ISE.	Melhoria no Orçamento de funcionamento do IP; Elevação do IP a categoria de Instituição de Formação Superior; Elaboração do PE; Melhoria do Quadro do Pessoal Administrativo; Formação Continua de professores.	Formação de Professores do Ensino Básico; Formação de Educadores de Infância; Formação de outros Agentes Educativos, nomeadamente Gestores de Polos Educativos Coordenadores Pedagógicos; Capacitação	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Educação e Ensino Superior	Instituto Superior de Educação	Dificuldade de ordem financeira.	Bom nível de aproveitamento escolar por parte dos alunos	Preparação para integrar a Universidade de Cabo Verde	Um quadro maioritariamente jovem e fortemente motivado	
	Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar	Inexistência de um orçamento de investimento e de funcionamento adequado as suas necessidades.	Aumento considerável do número de alunos e consequentemente aumento das receitas próprias em relação aos anos anteriores.	Aumento do nº de alunos e Garantir garantia uma melhora qualidade aos cursos ministrados no Instituto.	Compromisso e o envolvimento evidenciado pelos colaboradores na reorganização dos serviços e na definição, desenvolvimento e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade no Instituto.	
Ministério da Justiça	Cofre Geral da Justiça	Iniciei as funções recentemente mas penso que a maior dificuldade é a fraca capacidade instalada a nível da qualitativo e quantitativo, existência de uma cultura de trabalho em equipa e a visão da gestão por resultado.	Realização de várias despesas do ano findo e pela primeira vez elaborou-se um Orçamento privativo do Cofre Geral da Justiça, embora carece de algumas correções	Cumprir na íntegra o Regulamento Organico do Cofre, isto é, elaborar um orçamento como manda o regulamento, apresentar as contas anuais ao Cofre ao Tribunal de Contas e a Tutela que superintende o Cofre e reorganizar o Cofre.	O principal ponto forte esta nas entrada regular das receitas que por lei é destinada ao Cofre Geral da Justiça e a sua natureza de "fundo autonomo"	
	Comissão de Coordenação e Combate à Droga	Insuficiência do pessoal e pessoas qualificadas	Respostas em termos de tratamento em matéria das toxicod dependências Serviços de informação e aconselhamento para as toxicod dependências operacionais	Prevenção e combate às drogas e às toxicod dependências	Elaboração e coordenação de estratégia nacional de luta contra a droga e o crime conexo Coordenação Institucional	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Justiça	Comissão do Direitos Humanos	Sem dúvida que foram os constrangimentos de ordem financeira. Temos um orçamento extremamente exíguo, não completamos ainda o quadro de pessoal previsto na lei por falta de verbas e temos vários projectos à espera de financiamento.	A divulgação e visibilidade dada às questões ligadas aos direitos humanos, tendo a CNDHC sido chamada a pronunciar-se publicamente sobre várias questões atinentes a esta problemática.	Fazer com que o Cabo Verde bem sucedido possa andar de mãos dadas com o Cabo Verde de carências várias - pobreza, desemprego, crianças vulneráveis, mulheres vítimas de violência, imigrantes, entre outros - para a melhoria do bem-estar geral.	A intervenção pública, de carácter geral ou através de casos individuais, a favor dos direitos humanos, cidadania e cultura de paz.	
	DG Registo, Notariado e Identificação	1. Não ter estrutura organica propria 2. falta de quadro 3. Não ter instalação propria	ter ainda a confiança dos pares apesar das dificuldades acima apontadas	1. Reestruturação da DGRNI 2. Dotar os serviços de condições condignas para o seu funcionamento	a vontade de querer mudar o status quo apesar das limitações.	
	DG Servicos Penitenciários e da Reinserção Social	falta de técnicos (jurista a tempo inteiro, técnicos sociais e técnico de estatística. falta de equipamentos informáticos para todo o pessoal falta de meios de transportes	Difícil dizer dada a natureza dos nossos serviços. O que pode realçar é de ter garantido no mínimo a estabilidade da segurança prisional apesar de muitas carências.	Aumentar e qualificar o staff para podermos garantir para a lém da segurança prisional geral mas também a reinserção social dos reclusos, na parte que compete os serviços centrais.	É, apesar de todas as dificuldades, gerir a segurança prisional do país, mantendo um diálogo permanente principalmente com as cadeias centrais.	
	Direcção Geral de Administração	Falta de recursos humanos e financeiros para o cabal cumprimento dos objectivos	Finalização das obras de Reabilitação do Palacio de Justiça da Praia Apetrecho de algumas salas dos magistrados e Secretarias Judiciais	Recrutamento de 60 Oficiais de Diligências; Obras da Cadeia de São Martinho; Conclusão do Palácio de Justiça de São Vicente;		



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Justiça	Gabinete de Estudos Legislação e Documentação	Fraca capacidade operacional da organização com enface no componente humano Cultura organizacional e a postura dos membros integrantes da organização sendo os pontos fracos: Trabalho em equipa, Subordinação hierárquica, Gestão por resultados.	Concepção e estruturação do sistema de gestão estratégica e a definição do plano estratégico Execução integral de alguns projectos estratégicos com resultados significativos e mensuráveis a nível operacional	Criação de um sistema de informação em função do sistema estratégico de forma a poder quantificar objectivos e resultados Criação de competências diversas entre outros no domínio comportamental dos colaboradores para a boa gestão	Existência e disponibilidade de recursos materiais para alcançar os objectivos preconizados	No GELD funciona uma Unidade de Implementação de Projectos do Ministério da Justiça - UIP/MJ
	Inspecção Geral dos Registos Notariado e Identificação	- Falta de pessoal de apoio - ao menos administrativamente - e a falta de meio de transporte para, a nível da ilha de Santiago e em tempo programado, efectuar as deslocações em missão de inspecção.	Com a inspecção pôs-se fim/diminui-se drasticamente os casos de obtenção de nacionalidade cabo-verdiana por via da ascendência e por efeito do casamento, utilizando documentos falsos ou falsificados.	Levar os serviços a agir de conformidade com as normas que regem os registos, notariado e identificação, e a proceder, tanto quanto possível, de forma mais uniforme, evitando as disparidades de critérios de actuação.	Assessoria ao Ministro nos assuntos do sector, sobretudo no campo normativo, tem servido de apoio à Direcção-Geral dos RNI e de ponto de consulta para os serviços de base territorial em matéria de direito substantivo, adjectivo, disciplinar...	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Presidência do Conselho de Ministros, Reforma do Estado e Defesa Nacional	Centro Jurídico da Chefia do Governo	Número insuficiente de pessoal.				Há dificuldade/impossibilidade na sua mensuração pela sua natureza de um serviço permanente de consulta e de apoio ao Governo em matéria de preparação estudo e análise de actos legislativos e normativos do Governo.
	Direcção Geral da Administração da Chefia do Governo	DIFICULDADE FINANCEIRA	REFORMA DO EDIFÍCIO DO PALÁCIO DO GOVERNO	MELHORAR OS MECANISMOS DE GESTÃO E DE CONTROLO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DOS RECURSOS HUMANOS	HÁ UMA GESTÃO CENTRALIZADA DE RECURSOS HUMANOS, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DE TODA CHEFIA DO GOVERNO	
	Secretaria Geral do Governo	- Recursos Financeiros - recursos Humanos Qualificados	Reforma física do edifício do palácio do Governo Reestruturação e modernização da Rede Estruturada de Comunicação e Informática do Palácio do Governo	Conclusão das obras de beneficiação do PG por forma a criar melhores condições de trabalho aos utentes. Modernização das Estruturas	Produtividade Espírito de equipa Gestão centralizada e racionalizada dos Recursos existentes	
Ministério da Saúde	Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário	falta de recursos humanos e financeiros	actividades de protecção e promoção da saúde efectuadas	ter o Portal do Ministério da Saúde dinâmico e actualizado	equipa coesa e motivada	
	DG De Estudos, Planeamento e Cooperação	Falta de pessoal técnico Escassez de recursos materiais consumíveis	Publicação do Relatório Estatístico da Saúde 2005 Avanço do projecto de cooperação com o Luxemburgo - criação da Região Sanitária Santiago Norte	Estudos sobre o quadro das despesas públicas de saúde Estudo sobre Doenças não transmissíveis Revisão do Sistema de Informação Sanitária - melhoria da Nosologia	Equipa coesa e empenhada apesar de pequena	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério da Saúde	Direcção Geral da Farmácia	Falta de Recursos Humanos e financeiros	Melhoria da acessibilidade dos utentes aos medicamentos	Implementação da Inspeção e Registo de medicamento e a implementação da legislação recentemente aprovada.	Continuação da implementação da Política Farmacêutica e adaptação da Legislação as realidades actuais. Melhoria do acesso a medicamentos a toda a população	
	Direcção Geral de Saúde	Recursos humanos e tempo necessários para as actividades de normalização, regulamentação e inspecção.	Alargamento da rede e da cobertura sanitária e colocação de pelo menos dois médicos em cada Concelho.	Inauguração e funcionamento da Região Sanitária de Santiago Norte	Equipa coesa e motivada	
Ministério da Saúde	Direcção Geral Recursos Humanos e Administração	Carência de pessoal qualificado	Cumprimento dos principais objectivos a que se propôs para o ano em referência	Dotar-se de pessoal qualificado	A mobilização do seu pessoal em torno dos objectivos propostos	
Ministério das Finanças e Administração Pública	Direcção Geral da Contabilidade Pública	Falta de recursos humanos	1-Melhoria no processamento de salario na APUB 2-Operacionalização da integração dos funcionarios no INPS	Implementação do novo PNCP e desconcentração da BDAP-RH	Recursos humanos capacitados e motivados	
	Direcção Geral das Alfandegas	Falta de pessoal, Insuficiência orçamental para as despesas de funcionamento Demora na tomada de decisões a nível do Governo	Boa arrecadação de receitas Melhoria do controlo aduaneiro Simplificação e celeridade dos procedimentos aduaneiros	Recrutamento de novos agentes formação profissional Melhoramento das infra-estruturas de comunicação Reforço dos serviços de luta contra a fraude	Estrutura organizacional Informatização dos serviços	
	Direcção Geral das Contribuições e Impostos	Falta de pessoal qualificada, e falta de equipamentos informáticos e meios de transporte	Em termos de arrecadação das receitas, a DGCI conseguiu arrecar mais 2 milhões de contos em relação ao periodo homologo	Informatização da DGCI	Ter um quadro relativamente jovem.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério das Finanças e Administração Pública	Direcção Geral de Administração	Falta de recursos humanos com formação superior	Foi melhorado o atendimento ao público e a capacidade de resposta da DA.	Implementar o plano de actividades para o ano de 2007	Primamos por um atendimento ao público personalizado, com eficiência e eficácia.	
	Direcção Geral de Administração Pública	- Falta de pessoal; - Deficiente instrução dos processos entrados na DGAP (o que reflete má prestação de serviços).	- Conclusão de Todos os Processos dos R.H.	- Nova sistematização da Base de Dados dos Recursos Humanos no sentido de permitir a tramitação de processos em tempo real e com maior grau de fiabilidade;	- Controlo de legalidade dos processos (recrutamento, mobilidade, regresso ao quadro, evolução na carreira, aposentação e comissão eventual de serviço).	
Ministério das Finanças e Administração Pública	Direcção Geral do Orçamento	Formação do pessoal, em particular a nível sectorial; Não implementação da orgânica actual do MFAP;	Processo de preparação, acompanhamento e execução do OE no SIGOF; Desconcentração da preparação do OE	Descontração da execução orçamental; Implementação da nova Lei de Base do Orçamento	Boa equipa de trabalho	
	Direcção Geral do Património do Estado	Identificação clara e objectiva da titularidade de terrenos do Estado e sua dicotomia com terrenos municipais e particulares, bem assim os registos inequívocos da prova da titularidade dos mesmos por cada uma dessas entidades.		Cadastração de terras do Estado e sua digitalização; Inventário dos bens móveis e semoventes; Defesa dos legítimos interesses patrimoniais do Estado em contenda com municípios e particulares. Racionalização nas aquisições públicas.	A natureza do negócio, que bem gerido pode originar mais valias ao erário público.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério das Finanças e Administração Pública	Direcção Geral do Planeamento	Falta de recursos humanos suficiente em quantidade e qualidade; Definição não muito clara na Lei organica; Quadros da DGP, para além da DGA não pertecem ao quadro privativo	Mobilizações de Milhões de Euros, US \$ para o Orçamento do Estado Contruir para crescimento Economico e redução da Pobreza	Montagem do M&E (Sistema de seguimento e avaliação) do DECRP	Pessoal qualificado; Capacidade de mobilizadora:	
	Direcção Geral do Tesouro	condicoes de trabalho (espaço). Relação com o cidadão. Falta de técnicos.	Melhor organização do trabalho. A Tesouraria funcionou sem muitos sobressaltos. Melhor programação.	modernização dos meios de pagamento (transferência electrónicas). Relacionamento electrónico com o BCV. Melhor programação da Tesouraria.	O empenho e dedicação dos técnicos. Bom relacionamento entre os recursos humanos.	
	Direcção Geral Estudos e Reforma Administrativa	falta de pessoal.	promoção e desenvolvimento de estudos e projectos como por exemplo, Casa do Cidadão.	Implementação dos estudos e projectos , devido a falta de pessoal .	Coordenar a revisão do PCCS.	
	Gabinete de Estudos			Implementação do Gabinete de Estudos Estratégico.	Apoiar tecnicamente o Ministério em matéria de definição e acompanhamento de políticas macroeconómica	
	Inspecção Geral de Finanças	Falta de pessoal, falta de espaço.	O cumprimento integral do plano de actividades, e formação do seu pessoal.	O Cumprimento do Plano da Actividade programada no aplicativo MS-Project.	Sindicancias, Averiguações, Inqueritos, Pareceres, fiscalizações, Auditorias, coordenar os sistemas de controle interna das operações financeiras dos fundos publicos, propor medidas entre outras.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
	Instituto Nacional de Administração e Gestão	Falta de pessoal a todos os níveis	elaboração e conclusão do projecto básico para as novas instalações do INAG	início dos cursos de Gestores públicos alongamento do curso do CENFA curso de reciclagem para secretários mestrado em administração e gestão Financiamento e conclusão dos projectos de especialidade da nova sede do INAG	A existência neste momento de um património que lhe permitira num futuro não muito longo a construção da nova sede de modo a INAG poder responder as demandas em matéria de formação	
Ministério das Finanças e Administração Pública	Instituto Nacional de Estatística	Insuficiência de pessoal, congelamento do recrutamento de pessoal e precaridade das condições de trabalho, insuficiências de recursos.	QUIBB - Instrumento importante para a avaliação de políticas e programas (OMD, DECRP). Divulgação dos dados do IDSR II com a prevalência do VIH - SIDA, Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2006-2010. Engajamento da Suécia no apoio ao SEN.	QUIBB 2007 com as valências de despesa/receita. Divulgação do Novo IPC. Revisão do quadro legal e institucional do SEN, a produção das contas nacionais com o SCN93. Divulgação do BDEO. Início de implementação do plano tecnológico.	Seriedade e profissionalismo no desempenho das suas actividades. Fornecimento de informações úteis para a tomada de decisões a vários níveis.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério das Infra-estruturas, Transporte e Mar	Agência da Aeronáutica Civil	1 - Falta de estruturas intermédias de gestão; 2 - Fraca capacidade reguladora na área económica; 3 - Ineficácia na cobrança de receitas próprias.	Nível crescente de conformidade com as normas internacionais da aviação nos vários domínios da regulamentação e supervisão, conforme aferido por processos de auditoria independente.	Preparação para auditoria internacional de todo sistema da aviação civil envolvendo vários parceiros nacionais.	Elevado potencial para a promoção dos padrões da aviação civil no sector da segurança para níveis internacionais.	
	Agência Nacional de Comunicações	Falta de recursos humanos	Liberalização no sector das telecomunicações	Baixa de preço nas telecomunicações	Autonomia administrativa e financeira	
	Departamento Planeamento, Orçamento e Gestão	Falta de pessoal, desmotivação do pessoal, fuga dos mais capazes	Cumpriu-se o essencial das tarefas cometidas à DGPOG, apesar da enorme carência de pessoal em quantidade e em qualidade	Reforço de pessoal em quantidade e qualidade para um melhor desempenho	Esperança numa efectiva Reforma da Administração que motive os agentes da AP	
	DG Infraestruturas e Saneamento Básico	Faltas de técnicos. Salários baixos	Positivo - Entrada em funcionamento da obra " Estrada Praia São Domingos" .	Início da Construção do Salão VIP do Aeroporto da Praia . Inico da Circular do Fogo	Adiminstração dos Dossiers/ contratos	
	Direcção Geral das Pescas	Falta de um jurista Falta de pessoal para inspeccão Atrasos desembolso verbas	Legislação sector compilada e difundida Medidas de gestão preparadas Plano de fiscalzição em preparação	Plano de fiscalização elaborado e implementado Programa de intervenção pesca artesanal elaborado e implemntado Melhorar contacto com operadores pesca	Disponibilidade de um Plano de Gestão de Recursos da Pesca para 2006-2011	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério das Infra-estruturas, Transporte e Mar	Fundo de Desenvolvimento das Pescas	Sendo uma instituição de natureza financeira a maior dificuldade tem sido uma fraca capacidade de financiamento	Financiamento (não no montante que seria necessário e desejado) de projectos importantes para o sector das pescas, como por exemplo: estruturas de frio e produção de gelo, embarcações, subsidios ao gelo etc.	Realizar a decisão politica do Governo que é "transformar o FDP numa verdadeira instituição financeira para o sector das pescas". Estamos a trabalhar nos instrumentos de gestão que ajudaram na materialização dessa politica .	Unica instituição vocacionada para financiar o sector das pescas.	
	Fundo Manutenção Rodoviário	Conhecer os detalhes dos projectos que a organização financia em virtude das atribuições de uma outra instituição, que determina as necessidades, lança os concursos e executa os contratos. Ter um staff demasiado reduzido	em menos de tres meses de funcionamento ter todos os elementos prontos e ter começado a financiar contractos de manutenção que nos foram propostos.	Manter o equilibrio entre as receitas e a execução de seis contratos plurianuais no valor de 1.5 biliões de ECV	Esse organismo vai permitir que a manutenção de estradas seja efectivamente levada a cabo	
	Inspeção de Obras Públicas e Particulares	Falta de meios humanos, técnicos e financeiros	atribuição de um número considerável de alvaras a empresas de obras públicas e particulres, durante o ano de 2006	Doptar os Serviços de Sub-Inspeção de Qualificação e Inspeção e Sub-Inspeção de Análise de Mercados e assuntos Jurídicos.	Garantir a inspecção de obras publicas e particulares; Continuar o processo de atribuição de alvaras a empresas de obras públicas e particulres sector;	
	Instituto de Estradas	Disponibilidade de verbas para assegurar por vezes o arranque de projectos	implementação do Contrato Piloto de Gestao e manutenção de Estradas por Niveis de Serviço - gemans	Assegurar o cumprimento dos contrato Gemans por se um contrato piloto em Cabo Verde	equipa multidisciplinar, visao abrangente aos principais desafios que se apresentam ao nivel das infraestruturas rodoviaras	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério das Infra-estruturas, Transporte e Mar	Laboratório de Engenharia Civil	falta de técnicos nos vários níveis e insuficiente Orçamento de Funcionamento que bloqueiam todas as iniciativas para o cumprimento da missão estatutária	ter conseguido o financiamento do Banco Mundial, Projecto RSSP, para ampliação e remodelação do LEC, equipamentos laboratoriais, e revisão de regulamentos da construção civil	Conclusão do projecto iniciado das obras no LEC e melhoria das condições de trabalho dos funcionários com a aprovação do PCCS. Apoio à UNICV na formação de engenheiros.	Garante da qualidade dos materiais de construção usados em obras públicas e particulares	
Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade	Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão	Esta Direcção Geral não está dotada de recursos humanos em quantidade e qualidade para levar a cabo a sua missão, porquanto o único técnico superior existente é o seu Director Geral.	Com muito esforço do seu reduzido pessoal, os resultados obtidos no ano em referencia são positivos. Destaca-se o nível de gestão administrativa e financeira.	O principal desafio, desse departamento para o ano de 2007, dotar o serviço de recursos humanos e técnicos para definitivamente esse organismo cumpra as atribuições espelhadas na organica do mesmo.	Destaca-sse, a organização do serviço, por forma a dar respostas às demandas dos outros sectores com que se articula, pois, é o departamento responsável pela gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Ministerio.	Feita um análise SWOT, constata-se que a nível do planeamento propriamente dito, o departamento mostra-se deficitária, constituindo por isso um ponto fraco, pelas razões apontadas nas alíneas anteriores.
	Direcção-Geral da Solidariedade Social	Problema da descentralização dos Serviços Municipalizados; insuficiência de técnicos especializados; instalações e equipamentos inadequados para o exercício das funções da DGSS; saída tardia de orçamento.	Conclusão de estudos e projectos importantes para a reestruturação do sector ; Reforço das relações de parcerias.	Reestruturação dos Serviços Municipalizados; implementação da Estratégia de Protecção Social; Estabelecimento de mecanismos de coordenação ; Regulamentação das intervenções nos Equipamentos e Serviços Sociais no país.	Existência de um conjunto de instrumentos estratégicos, que constituem uma base de suporte às instâncias superiores para a tomada de decisões e medidas de políticas, visando a reestruturação do sector no quadro das Reformas de Protecção Social.	
	Direcção-Geral do Trabalho	Falta de recursos Humanos e meios/equipamentos técnicos	Apoio aos parceiros sociais na resolução de conflitos laborais.	Tentativa de Conciliação entre as partes para se chegar ao acordo	Conciliação/mediação conflitos laborais	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade	Inspecção-Geral do Trabalho	A maior dificuldade sentida pela IGT p o cumprimento da sua missão, prende-se com a falta de mios materias e humanos: A IGT para garantir ao nivel razoavel o seu papel precisa no minimo de duas viaturas todo terreno e pelo menos m1is 7 inspectroes.	Realizar visitas a todas as ilhas. E a conclusão teorica da formação em SHST com apoio da fundacentro e embaixda do Brasil.	DIMINUIÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS ATRAVES DE PRESENCAS FREQUENTES DE INSPECTORES EM TODOS OS PONTOS DO PAÍS,	qUALIDADE, PROFISSIONALISMO, BRIO, ENTREGA E DETERMINAÇÃO DOS INSPECTORES E TÉCNICOS.	
	Instituto Caboverdiano da Criança e Adolescente	- Quadro de pessoal inadequado - Inexistência de um estatuto do pessoal - Ausência de um Plano de Cargo, Carreira e Salário - Rotatividade de pessoal.	Investindo e reforçando a parceria com Instituição Governamental, ONGs e sociedade civil, o ICCA está a garantir, literalmente, a protecção da criança que tem os seus direitos violados, através do atendimento, acolhimento e encaminhamento .	Prevenir/combater os principais males que afectam a criança - abuso sexual, maus-tratos, prostituição infanto-juvenil, irresponsabilidade dos progenitores, delinquencia juvenil, abandono escolar e familiar, trabalho infantil, violência doméstica, etc.	- Uma equipa de tecnicos da área social comprometida, com a protecção integral da criança; Poder de articulação com parceiros públicos e privados; Projectos definidos, implementados e com resultados alcançados; Poder de mobilizar recursos financeiros.	
	Instituto Nacional de Previdência Social	Alargamento do sistema	Acolhimento racional e lúcido dos funcionários da administração pública no sistema de previdência social	Promoção e reforço da sustentabilidade do sistema	Pessoas	
	Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza	A questão do seguimento e avaliação das actividades, Questão financeira, desembolsos - Projecto PLPR	Resltado bom mas a taxa de realização poderia ser melhor	Estabelecimento de um sistema ascendente e participativo de Seguimento e avaliação	Um programa extremamente participativo e desafiador. Os resultados são visíveis mas a parte do reforço das capacidades das comunidades que é menos visível é a mais interessante.	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	Centro de Estudos Internacionais	Falta de comunicabilidade e concertação entre os departamentos do MNECC, dificultando a execução de um plano concertado e bem gerido de actividades e do pessoal.	Dedicação a um plano de estudo e informação interna sobre a evolução da situação internacional	Aquisição de pessoal, equipamento e livros para a biblioteca, dotação de pessoal, formação e engajamento dinâmico do pessoal nos dossiers em curso de implementação no mnecc, acompanhamento da situação internacional.	Dedicação dos funcionários	
	Departamento de Planeamento, Orçamento e Gestão	Limitação de recursos Humanos e financeiros.	alguma melhoria de equipamento informático e de transporte.	Desenvolvimento nas carreiras profissionais. Aplicação criteriosa de recursos orçamentários insuficientes	Instalação e Equipamentos.	
	DG Comunidades e Assuntos Consulares	- Recursos Humanos; - Equipamentos informáticos; - Disfuncionalidade dos espaços físicos afectos à Direcção Geral; - Inexistência de viatura para acudir às demandas dos funcionários e do serviço;	Cumprimos, não obstante os constrangimentos apontados em i., com êxito, as tarefas e as exigências desta Unidade Orgânica sobrecarregando, obviamente, os funcionários.	- Implementação das Recomendações da 1ª Reunião dos Cônsules de CV; - Implem. da nova TEC; - Implem. do Regulamento Consular cabo-verdiano; - Uniformização das práticas consulares; - Redefinição da rede consular cabo-verdiana, entre outras.	- Actividade Consular	
	DG de Cooperação Internacional	Demora nas solicitações por parte dos parceiros, internacionais e nacionais		Graduação de Cabo Verde do Grupo dos Países Menos Avançados e Reforço do financiamento	Motivação individual	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	DG de Política Externa	Restrições orçamentais LIMITAM MATERIALMENTE O TRABALHO, assim como o RECRUTAMENTO de novo pessoal, com incidências no desempenho geral e final.	Acompanhamento e resposta atempadas as questões prioritárias de política externa. Política de se fazer o possível com os meios disponíveis.	Adequar os efectivos, a organica e os meios materiais às exigências de uma política externa cada vez mais exigentes. A redundancia é voluntaria.	A organização do seu funcionamento.	Nao se pode exigir padroes de resultados cada vez mais elevados, com meios cada vez mais escassos. E o principal desafio da reforma do Estado é adequar meios - mesmo na optica de crescimento zero - aos resultados pretendidos.
	DG Protocolo do Estado	Falta de meios humanos e materiais	Cumprir cabalmente as tarefas que nos são confiadas	Reorganizar o Protocolo de acordo com a Lei Orgânica	Espirito de sacrificio no cumprimento das tarefas que nos são confiadas	
	Direcção de Serviço Assuntos Jurídicos e Tratados	Falta de quadros Falta de documentação Falta de materiais de escritório	Elaboração de pareceres Processo de aprovação de Acordos internacionais Processo de Adesão Processo de ratificação Estudos	Entrada na ordem jurídica interna de Cabo Verde das Convenções Internacionais de carácter universal; Elaboração de base de dados respeitante aos Acordos, Convenções e Tratados multilaterais de qu Cabo Verde é parte Assessoria jurídica	Tem elaborado estudos e pareceres os quais foram tidos em consideração para tomada de decisões importantes do Governo	
	Inspecção Diplomática e Consular	inexistência de inspectores e capaciadde financeira para inspecção nas missões diplomáticas	visita de inspecção a algumas missões	capacitação institucional humana e financeira da inspecção	motivação	



Ministério	Organismo	Maior dificuldade - 2006	Principal resultado - 2006	Principal desafio - 2007	Principal ponto forte	OBS
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	Instituto das Comunidades	Falta de quadros para os vários dossiers a nível das comunidades e recursos financeiros escassos.	Maior visibilidade da emigração, melhor integração nos países de acolhimento e maior proactividade na sua relação com Cabo Verde e aumento de investimento no país de origem.	Maior visibilidade do IC junto da Europa e dos EUA essencialmente e concretização mais cuidada da sua complementariedade junto das missões diplomáticas e das associações.	Equipa jovem, motivada e interessada na implementação do programa do IC.	
	Secretário Geral	Falta de recursos humanos e financeiros. Falta de incentivos	Ter conseguido mais recursos internacionais para o desenvolvimento de Cabo Verde	Modernizar a diplomacia cabo-verdeana para novos desafios. Preparar-se para dar o salto de PMA para PDM	Conseguir com poucos meios levar avante a difícil e delicada tarefa da diplomacia de um país pequeno e pobre.	
Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	Direcção Geral da Juventude	Um dos nossos maiores constrangimentos, esteve relacionado com o transporte. O atraso no desbloqueamento de verba nas finanças apresentou-se também c/o uma grande dificuldade.	Um dos nossos maiores ganhos tem a ver com inserção dos jovens, que consiste no apoio aos jovens para formação secundária, técnica e superior, tanto no país como no exterior.	A generalização dos Centros da juventude por todo o País e levar as tecnologias de informação, através dos Telecentros, com um seguimento directo de forma a garantir o seu bom funcionamento dando resposta às demandas da juventude.	A distribuição dos Centros e Telecentros em todos os pontos do país, com a implementação e realização das actividades que traduzem as políticas do Governo para a juventude.	
	Direcção Geral dos Desportos	Falta de condições financeiras	Resultados em todos os domínios	Elevação do Desporto no ranking Internacional e nacional, Construção de Infraestruturas Desportivas e formação	Capacitação e Boa Vontade	